



## Gênero, Família e Trabalho Não Remunerado: Demandas Psicossociais da Contemporaneidade no Judiciário

Andressa Cândida Alves<sup>1</sup>  
Barbara Sul Santana Fleury<sup>2</sup>

### Resumo

O presente artigo visa apresentar uma compreensão acerca das questões de gênero e das demandas psicossociais na contemporaneidade a partir de embasamento teórico ancorado no materialismo histórico e dialético. A construção do papel social da mulher é explorada entrelaçando temas como o papel do cuidado, trabalho não remunerado dentro das famílias e os impactos mentais e psicológicos diante das diversas demandas a serem desempenhadas pelas mulheres. A divisão sexual do trabalho e a divisão social em classes, estabelecidas ao longo da história, e as relações sociais na atualidade, serão compreendidas desde a intersecção com diálogos sobre gênero e raça. Considera-se que tais aspectos sócio-históricos, políticos e econômicos, contribuíram para a construção e consolidação do sistema capitalista através da constituição da instituição social da origem da família e da propriedade privada. Esta construção histórica será observada empiricamente e apresentada em formato de Relato de Experiência em diálogo com debates teóricos e práticos da Psicologia Jurídica. Tal prática advém de atuação em estágio em espaço de atendimentos da Defensoria Pública do Estado de Goiás, realizada em cooperação com estudantes do Centro Universitário Alves Faria a partir do Núcleo de Práticas Jurídicas, espaço da mesma Instituição de Ensino, na qual foram conduzidos atendimentos e acolhimento psicológico a mulheres clientes da Vara de Família. Através de análise qualitativa observou-se as questões socioeconômicas que permeiam a sobrecarga dessas mulheres, em trabalhos remunerados e não remunerados, e a relação desta sobrecarga com possíveis relatos de sintomas de adoecimento e sofrimento psíquicos. Espera-se contribuir para o fortalecimento de uma psicologia social crítica, que, enquanto ciência e teoria, promove embasamento acerca das temáticas sociais e humanas visando a desalienação, criticidade e conscientização no campo da Psicologia.

**Palavras-chave:** Gênero; Família; Trabalho Não Remunerado.

### Abstract

This article aims to present an understanding of gender issues and psychosocial demands in contemporary times based on a theoretical basis anchored in historical and dialectical materialism. The construction of women's social role is explored interweaving themes such as the role of care, unpaid work within families and the mental and psychological impacts of the diverse demands to be performed by women. The sexual division of labor and the social division into classes, established throughout history, and current social relations, will be understood from the intersection with dialogues about gender and race. It is considered that such socio-historical, political and economic aspects contributed to the construction and consolidation of the capitalist system through the constitution of the social institution of the origin of the family and private property. This





historical construction will be observed empirically and presented in the format of an Experience Report in dialogue with theoretical and practical debates in Legal Psychology. This practice comes from an internship in a service space of the Public Defender's Office of the State of Goiás, carried out in cooperation with students from the Centro Universitário Alves Faria from the Center for Legal Practices, a space of the same Educational Institution, in which services and psychological support for women clients of the Family Court. Through qualitative analysis, the socioeconomic issues that permeate the overload of these women, in paid and unpaid work, and the relationship of this overload with possible reports of symptoms of illness and psychological distress were observed. It is expected to contribute to the strengthening of a critical social psychology, which, as a science and theory, promotes a foundation on social and human themes aiming at disalienation, criticality and awareness in the field of Psychology.

**Key Words:** Gender; Family; Unpaid Work.

---

<sup>1</sup>Graduada em Psicologia e Pedagogia pelo Centro Universitário Alves Faria. Possui MBA em Gestão de Pessoas pelo Centro Universitário Alves Faria. E-mail: andressa.can87@gmail.com

<sup>2</sup>Psicóloga graduada pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Goiás e Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: barbarasfleury@hotmail.com

Este texto visa observar, analisar, compreender, refletir e contextualizar teoricamente a construção do papel social da mulher no Brasil, partindo da perspectiva do materialismo histórico dialético, e das análises marxistas e marxianas, relacionando os aspectos de origem familiar, as estruturas sociais estabelecidas e os padrões exigidos pelo sistema capitalista sobre a mulher, desde as demandas psicossociais estabelecidas e construídas na estruturação familiar atreladas ao trabalho não remunerado e às relações sociais e expressões destes aspectos nos contextos judiciais de família.

O objetivo geral deste foi a busca pela compreensão acerca da perspectiva de gênero, família, trabalho não remunerado entrelaçado às demandas psicossociais na contemporaneidade, em sua relação com o campo de estágio de atuação em psicologia jurídica. Para realizar análise e compreensão acerca dos aspectos multifatoriais que se

delineiam de forma sócio-histórica, parte-se do materialismo histórico dialético, em que, segundo Pires (1997), é possível perpassar o movimento do pensamento e suas abstrações, considerando a materialidade histórica como a organização da vida dos homens que ocorreu durante a história da humanidade.

Nesse sentido, compreende-se a importância deste olhar teórico crítico para a construção de saberes que, segundo Tonet (2005), se direcionam ao conhecimento na raiz das desigualdades sociais, baseado em objetivos universais e de práticas psicológicas comprometidas com a emancipação humana<sup>1</sup> que vislumbram superar a ordem do capital da sociabilidade burguesa, as desigualdades, dominação e exploração advindas com este sistema e em análise ao mundo social moderno e, por isso, que se debruce em aspectos que abarquem a

---

<sup>1</sup>Vislumbra-se a Emancipação humana em que o homem através da sua força social, enquanto unidade, superada as opressões humanas em oposição a propriedade

privada advindas da relação do trabalhador e produção que geram desigualdades. Durante o texto será discorrido outras considerações dessa categoria (Lacerda Jr, 2016).





totalidade humana<sup>2</sup>, e pretende-se, portanto, colaborar para tal.

O estudo pretende observar e apresentar, ainda, atuação prática realizada em contexto judicial Cível, por meio de Relato de Experiência. Tal modalidade foi assim escolhida por permitir uma utilização de forma imersiva, para apreensão de conhecimentos e associação com o embasamento teórico (Daltro, 2019). Através da abordagem dos referenciais teóricos que poderá ser observada durante a leitura desse texto, buscou-se apresentar considerações sobre construções e desconstruções acerca do papel social da mulher brasileira, partindo dos aspectos sócio históricos à compreensão de fenômenos sociais presentes na vida cotidiana do público feminino. Essa temática exerce papel de relevância na sociedade e para a psicologia, diante de análises acerca das relações do sistema capitalista, as expressões do patriarcado e suas relações com raça, classe e gênero nas estruturas sociais e culturais (Mara & Silva, 2021).

Destaca-se a intersecção com a psicologia jurídica, por ser uma área de atuação que carrega novas e diversas atribuições aos Psicólogos, levando em conta situações de conflito, violência doméstica, dentre outras demandas que podem ser encontradas no campo, questões que colocam a necessidade de ampliação da visão acerca das relações de dominação e poder entre os gêneros, opressões e aspectos psicossociais (Lago et al, 2019).

As relações sociais se fazem presentes de forma contínua e constante em nossas vidas e se apresentam à escolha do objeto de

pesquisa (Narvaz & Koller, 2006). Neste sentido, o relato de experiência, observação e estudo sobre gênero, família e trabalho não remunerado destina-se a apresentar aspectos sócio históricos quanto a construção do papel social da mulher como influência da composição de sua identidade e as demandas psicossociais (Silva, 2023).

Pretende-se apresentar, em uma perspectiva social crítica, questões acerca da exploração de corpos, apoderamento da força de trabalho e reprodutivo e o silenciamento de vozes da mulher, destacando o caminho percorrido até a relação com as lutas das mulheres, consciência e emancipação política<sup>3</sup> evidenciando as conquistas relacionadas ao trabalho não remunerado e as transformações adquiridas e a serem alcançadas. Destarte, podemos questionar: como a contemporaneidade está articulada com o desenrolar histórico acerca do papel social das mulheres, trabalho não remunerado e com exigências de várias jornadas de trabalho e cuidado, inclusive no âmbito familiar, e a relação disso com o adoecimento mental e psicológico das mulheres. Destacando, ainda, o diálogo sobre como é possível encontrar essas questões e contradições na prática psicológica em âmbito judicial.<sup>3</sup>

### **Família, divisão sexual do trabalho e gênero**

O trabalho de Engels (2022) em *A origem da família, da propriedade privada e do estado*, ao explorar as pesquisas do antropólogo e etnólogo Lewys Henry Morgan e os construtos de Marx, apresenta, entre outras questões, o desenvolvimento da humanidade, suas alterações desde a selvageria até a civilização, com a perspectiva do materialismo

<sup>2</sup>A realidade social em que se constitui através de determinações, unidades, de forma processual nas relações diversas, em uma teia complexa manifestadas através de fenômenos sociais postos na totalidade das partes associados a raiz do trabalho (Tonet, 2005).

<sup>3</sup>Emancipação política enquanto concepção individual, os membros da sociedade civil buscam pela aquisição de direitos sociais, políticos, de cidadania e democráticos, que não necessariamente levam até uma alteração das bases concretas de sociabilidade humana (Lacerda Jr, 2016).





histórico dialético e contribui com demonstração acerca da origem material de opressão às mulheres.

Ainda segundo Engels (2022, p.59) “As mulheres constituíam a grande força dentro dos clãs (gens) e mesmo em todos os lugares” contextualizando que a vida social organizada e regida no comunismo primitivo não apresentava distinções e diferenças de gênero entre os seus membros. As comunidades em seu modo de viver e relacionar eram constituídas pelos laços de parentescos, o cultivo, a economia e produção referiam-se à forma de se organizarem na comunidade e para a sobrevivência.

Constata-se de acordo com Engels (2022, p.65) que em suas “rotinas de caça, domesticação de animais, cuidados com a criação de gado haviam aberto mananciais de riqueza até então desconhecidos, criando relações sociais inteiramente novas”. Essa riqueza, o excedente, alterou de modo factível as comunidades familiares, visto que essa aumentava sua proporção através do modo de produção, alterando as relações sociais, e o desenvolvimento da propriedade privada.

Neste período inferior da barbárie Engels (2022, p.65) relata “como propriedade particular dos chefes de família, com o mesmo título que os produtos artísticos da barbárie, os utensílios de metal, os objetos de luxo e, finalmente, o gado humano: os escravos”. As divisões sociais, classe e gênero consolidam-se através desse modo estabelecido como forma de se relacionar, as produções econômicas, culturais, sociais alteram as constituições familiares e iniciam-se relações de poder a partir da origem da *gens*, suas riquezas com o sistema e modo de produção capitalista e títulos.

Referente às mudanças ocorridas quanto às atividades, a produção dos

excedentes e a propriedade da família, Engels (2022, p. 66) destaca que:

Os rebanhos passaram definitivamente à propriedade da família, deu-se com a força de trabalho o mesmo que havia sucedido com as mulheres, antes tão fáceis de obter e que agora tinham valor de troca e eram compradas. A família não se multiplicava com tanta rapidez quanto o gado. Agora eram necessárias mais pessoas para os cuidados com a criação; podia ser utilizado, para isso, o prisioneiro de guerra que, além do mais, poderia multiplicar-se tal como gado.

Depois que essas riquezas foram aumentadas e convertidas em propriedade particular das famílias, um rude golpe acertou a sociedade então alicerçada no matrimônio sindiásmico e na gens baseada no matriarcado.

A apropriação privada da riqueza, segundo Engels (2022), quanto mais aumentava mais validava para o homem uma ascensão e posição mais importante que a da mulher na família, e criava-se nele de forma a insuflar a sua relevância e posição, de modo a valer-se dessa vantagem para modificar a ordem da herança estabelecida para proveito dos seus filhos. Essas concepções de abolições a filiação feminina e o direito hereditário materno, são apontamentos históricos importantes para compreensão de forma transicional sobre a passagem para o patriarcado estabelecido pelos povos civilizados do mundo antigo.

As relações sociais alteraram com a produção dos excedentes, segundo Rocha (2018), essa forma de produção capitalista e de se relacionar a partir das trocas que se realizavam entre si com a divisão social do trabalho e da propriedade privada. Pode-se compreender que a procriação dos filhos estabelece uma divisão social do trabalho atrelado ao modo de produção capitalista e





direciona a força de trabalho da mulher para uma determinada condição.

As famílias antes trabalhavam de forma conjunta sem hierarquias, explorações e desigualdades das atividades estabelecidas nas comunidades primitivas. Neste novo processo de transição do modo de produção capitalista, os homens passam a realizar a venda de sua força de trabalho para a esfera pública enquanto a mulher se torna subjugada a condição de realizar atividades domésticas e reprodutivas a este status quo como forma de manutenção da nova ordem social estabelecida (Rocha, 2018).

Esta construção do papel social da mulher com a divisão sexual do trabalho conecta-se com a relação de gênero, raça e classe, em que desempenham muita importância quanto à forma que se consolidaram e estabeleceram as tarefas, ocupações, atividades e rotinas para as mulheres. As mulheres foram direcionadas a condição de realizar com maior tempo as tarefas domésticas, cuidados com os filhos, cuidar das pessoas idosas, exigindo-lhe despendar maior energia e exploração ao realizar essas atividades, de forma gratuita, com este trabalho não remunerado, que lhe limita o tempo de descanso, lazer, também lhe impede de ocupar outras esferas como o mercado de trabalho e político. Desta forma, o tornar-se mulher ou tornar-se homem desde muito cedo relaciona-se aos aspectos sócio históricos atrelados a perspectiva de se relacionar a sua força de trabalho para desempenhar tarefas que foram construídas e estabelecidas para homens ou mulheres diante da estruturação que se consolidou com o modo de produção capitalista pela burguesia (Biroli, 2018).

### **O trabalho reprodutivo**

As organizações familiares através dos processos históricos com as interferências humanas foram se modificando, passando por

diferentes formas familiares ao longo da história em que estágio pré-históricos das primeiras sociedades humanas ocorriam de forma coletivistas, tribais, nômades e matrilineares, compreende-se diferentes formas de organizações sociais e familiares, em que levava em consideração somente a ascendência materna em sua linhagem, passando por transição com a constituição do patriarcado (Braz, 2020).

Engels (2022), em seus apontamentos históricos e antropológicos, relata acerca das *gens* de gregas e a origem da monogamia, em que as famílias se baseavam pelas condições econômicas, advindas do triunfo da propriedade privada sobre a propriedade primitiva. Destaca-se que os objetivos da monogamia visavam exaltar o homem na família e a procriação de filhos legítimos para herdar os bens deles.

A constituição da monogamia na sociedade visava estabelecer de acordo com Engels (2022) uma forma de escravização de um sexo pelo outro, estabelecendo a primeira divisão social do trabalho entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos. Esses aspectos são compreendidos como posições de classes entre o homem e a mulher na monogamia, apresentando opressões, retrocessos, escravidão, violências, visto que o desenvolvimento de uns ocorre às custas da dor e da repressão de outros.

Um dos aspectos que subjugam a mulher ao papel de propriedade privada do homem e colabora à manutenção de especificidades de opressões de gênero – que inclusive ultrapassam certa dualidade de gênero e se expande às questões diversas de sexualidade – está no controle dos próprios corpos. O desejo da liberdade referente às relações sexuais, reprodutivas e sobre o corpo da mulher ainda são aspectos históricos arraigados na contemporaneidade com a sociedade monogâmica e patriarcal.







Silva (2023) ressalta que o controle do corpo é um fator presente no cotidiano das mulheres e em muitos casos tira-lhe o direito à escolha sobre seu próprio futuro, onde mulheres vivenciam situações de proibição sobre seu corpo atrelado aos aspectos políticos, visto que apresentam dificuldades ao acesso aos métodos como no caso do acesso ao direito ao aborto, conforme estabelecido via código penal, que seriam em casos de estupro e em muitas situações colocam-se empecilhos a este acesso, em que os órgãos judiciários e de segurança pública também atuam a partir de ideologias conservadoras do patriarcado, ocorrendo silenciamento de suas vozes e exploração de seus corpos através de diversas repressões relacionais, culturais, sociais, familiares e políticas.

### **Aspectos políticos e sociais do contexto brasileiro e a relação com o trabalho não formal**

A divisão sexual do trabalho, raça, classe e gênero se relacionam e afetam de forma estrutural a constituição e identidade das mulheres. Contextualizando com as origens do desenvolvimento social brasileiro, e com a própria noção atual de democratização, é possível identificar que as mulheres, apesar de serem a maioria demográfica, na prática são minoria psicológica<sup>4</sup>,<sup>4</sup>sofrendo diferentes formas de discriminação, preconceitos, rótulos e estigmas sociais estabelecidos pela maioria psicológica, associados aos aspectos da relação da dinâmica de grupo quanto a essa estruturação social. Pasqualini, Martins e Euzébios Filho (2021, p.10) destacam que “os aspectos estruturais da sociedade capitalista, ofuscando os processos econômicos e relações de classe, conduz, necessariamente, à despolitização da análise das dinâmicas

grupais, e, a rigor, da própria noção de democracia”.

Em sua construção histórica o Brasil em seu período de colonização foi alicerce para o sistema capitalista através do comércio europeu e tráfico negreiro, em que, de acordo com Lacerda Junior (2013, p.7) a “aliança foi possível pela constituição de um Estado forte e autoritário, que concilia frações modernas e arcaicas das classes dominantes, buscando impossibilitar e excluir qualquer participação de setores explorados em processos de transformação social”. Nesta perspectiva eram ainda mais subjugados aqueles trabalhadores negros e periféricos, em especial as mulheres, público que vivencia diversas formas de abuso, assédio e violências (Carvalho, 2023).

O racismo ainda permanece na sociedade vigente presente em suas diversas formas de estruturas sociais, sendo transmitido de geração para geração, em que se pode perceber e identificar reproduções presentes na divisão sexual do trabalho, destacando o trabalho doméstico. Segundo Carvalho (2023), após a “abolição”, a mulher negra como forma delimitada de buscar a subsistência da família realizava trabalhos como lavadeira, quituteira ou doméstica, e continuou a realizar atividades em casas de famílias em troca de comida, o trabalho doméstico, desempenhado por estas mulheres, não era considerado de caráter econômico, sendo apontadas a partir de um discurso de “membros da família” e não como trabalhadoras e, sendo assim, desenvolveram seus trabalhos sem nenhuma proteção legal.

O cuidado enquanto força de trabalho através de tarefas de cuidados com as crianças, de pessoas idosas, de pessoas com deficiências, trabalhos domésticos se estruturam de forma sistêmica através da exploração do trabalho e a manutenção do sexismo e do racismo, acarretados pela desvalorização, sobrecarga

<sup>4</sup>Minoria psicológica refere-se a dinâmica de grupo em que se reconhecem em estado de tutela e não totalidade

de seus direitos (Pasqualini, Martins & Euzébios Filho, 2021).





mental, sofrimentos psíquicos, jornadas exaustivas para as mulheres. Compreende-se que os aspectos políticos e sociais do contexto brasileiro são essenciais para se efetivar e ampliar normas jurídicas em âmbito nacionais de políticas públicas com ofertas de serviços públicos de cuidado, direito e garantia de acesso e disponibilidade de vaga nas creches como direito social para mulheres. Ressalta-se o poder da burguesia com a dominação de classe que permeia os distintos contextos, e na instituição social familiar com a propriedade privada e constituição do patriarcado na repressão e opressão a população negra e das mulheres, que ainda buscam uma distribuição mais igualitária perante as tarefas de cuidado e das responsabilidades familiares (Vieira, 2020).

### **Mulheres: lutas, conquistas e transformações sociais**

A sociedade em seus diversos contextos históricos através de lutas, conquistas, resistências, buscou e ainda permanece a buscar pelas transformações sociais. Nestas a emancipação política possibilita um avanço enquanto representatividade de conquistas a direitos civis, políticos, trabalhistas, de cidadania e democracia. Ainda que, compreendendo a importância e necessidade das conquistas políticas no interior do capital, ressalta-se que a emancipação política não possui em sua essência a análise e compreensão do mundo social partindo de uma perspectiva global e coletiva, visto que apesar de ser um avanço a emancipação política apresenta conflitos, contradições, em que os indivíduos, são segregados em busca de igualdades perante a leis e ao estado e permanecem na manutenção do neoliberalismo (Oliveira, et al. 2016).

As lutas das mulheres por direitos e acesso a garantias individuais, coletivas e sociais é consolidada através da luta feminista

e como mecanismo de enfrentamento ao sistema capitalista brasileiro, ao patriarcado, ao racismo estrutural e desigualdades de raça, classe e gênero. Na trajetória brasileira destaca-se após a redemocratização o impulsionamento de articulações e formas de organizar e estimular ainda mais ações coletivas, partidos e espaços institucionais (Biroli, 2016).

No Brasil através da conscientização, articulação de movimentos sociais, educacionais e lutas enfrentadas pelas mulheres, identifica-se as primeiras políticas públicas referentes a perspectiva de gênero que ocorreram em 1985 com a formação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), sendo esta consolidação conquistada pouco antes da efetivação da constituição de 1988. Os ordenamentos jurídicos tanto em âmbito nacional quanto internacional serviram, e por vezes ainda servem, como mecanismos de instrumentalização de aparato jurídico social como manutenção de submissão da mulher ao homem, mas ao longo dos anos ocorreram importantes alterações e avanços do ordenamento jurídico quanto a isonomia, igualdade e direitos para homens e mulheres (Martins e Moreira, 2022).

Dentre a proteção a mulher destaca-se a Lei 11.340/2006 Maria da Penha, sobre a qual Martins e Moreira (2022) ressaltam a relevância ao destacar a criação de condições para combate à violência contra a mulher, devendo através de avanços legislativos, sociais e culturais proteger do cenário de violências, inclusive intrafamiliares e domésticas vivenciadas por inúmeras mulheres. As mudanças políticas conquistadas possibilitaram avanços históricos e rupturas de processos específicos que permeiam as condições de desigualdade de gênero, raça e classe, mas esses ainda permanecem em diversas esferas. De acordo com Biroli (2016) devemos reconhecer que o capital e as formas de exploração do trabalho incidem sobre a





divisão cotidiana de tarefas e, portanto, se expressam a partir da divisão sexual do trabalho.

As responsabilidades para as mulheres, acerca do trabalho doméstico, da maternidade, se manifestam de maneiras desiguais quando comparadas àquelas dos homens. As mulheres ainda são as principais responsáveis pela realização de atividades de cuidado, seja ele doméstico, infantil, de idosos, de pessoas com deficiência, entre outros. É reforçada, dentro dessa estrutura, uma construção social do papel da mulher quanto ao trabalho remunerado e não remunerado (Biroli, 2016). No entanto, é a partir dos exemplos históricos de lutas das mulheres, movimentos sociais e avanços de emancipação política, que devemos pensar as possibilidades de atuação de uma Psicologia que fuja de uma tradicional individualização das questões de subjetivação e que tenha como horizonte a perspectiva de emancipação humana.

Compreende-se que as conquistas de direitos e garantias sociais não são permanentes, podendo ser retirados diante desse processo formal democrático onde o Estado na sociedade burguesa visa a manutenção do processo de exploração e explorados, podendo avançar, restringir ou retirar direitos adquiridos ao longo desse processo histórico. A emancipação política se faz necessária através de lutas por conquistas imediatas contra o machismo, desigualdade sexual, racismo, preconceitos, discriminações étnicos raciais (Lacerda Jr, 2016).

Essas lutas devem partir da compreensão da concretude de uma sociedade cindida em classes sociais, que precisa da exploração do trabalho, seja ele remunerado ou não remunerado, e essa exploração permeia opressões de gênero e raça enquanto instrumentos de manutenção. Portanto, enquanto projeto, devemos considerar a busca em se romper a ordem burguesa e sociedade de classes, para se efetivar a emancipação

humana, onde o indivíduo será um ser genérico, terá em si a as suas forças sociais sem as separações abstratas, em que reunirá novamente o produtor com os meios para produzir (Oliveira, et al. 2016).

### **Fatores de adoecimento e possibilidades para uma psicologia social crítica**

As mulheres perpassam as barreiras impostas ao longo dos séculos, e buscam galgar espaços no mercado de trabalho, vislumbrando cargos, ocupações e atividades em que até anos anteriores eram inimagináveis ou aceitáveis para tal inclusão e acessibilidade deste gênero. Mas percebe-se que o emprego deve ser encaixado dentro das funções e atribuições, acerca das responsabilidades domésticas e familiares que fazem parte de suas rotinas diárias (Biroli, 2016).

Pinho e Araújo (2012) ressaltam que as mulheres, inseridas ou não ao mercado de trabalho, são donas de casa, e desempenham diversas tarefas primando pela sobrevivência e bem estar, e ainda assim são socialmente desvalorizadas, desconsideradas. Inseridas nesta estrutura social, em que se pode relacionar o trabalho doméstico, profissional e saúde mental. Os autores destacam ainda o adoecimento psíquico com níveis similares de sintomas depressivos comparando mulheres empregadas e donas de casa.

O adoecimento psíquico se expressa, em atualidade, diante da realidade de um sistema capitalista que intensifica a exploração e desigualdades na sociedade, que ocorrem no âmbito familiar e profissional pela sobrecarga, silenciamento de suas vozes, exploração de seus corpos e desvalorização. Pinho e Araújo (2012) sinalizam que as mulheres apresentam de forma considerável maiores sintomas de desordens depressivas e angústias psicológicas, e estando entre os principais transtornos entre as mulheres os sintomas relacionados acerca da insônia, ansiedade,







humor depressivo, anorexia nervosa e psicofisiológicos.

A mulher com o trabalho reprodutivo gera um fator essencial para o capitalismo através da força de trabalho, que é essencial para a acumulação de mais valia. Sendo a questão de gênero utilizada para gerar desigualdades e rebaixamento de salários quando se existe uma grande reserva de pessoas nesse sistema capitalista. Compreende-se que as mulheres passaram a realizar jornadas intensas junto ao mercado de trabalho e atividades domésticas, mas que são pagas somente para uma, onde elas se encontram atreladas a essa sobrecarga, adoecimento, exploração e enfrentando diversas desigualdades (Molitor, 2018).

O direito enquanto forma jurídica e norma social sustenta essa forma de exploração do modo de produção do sistema capitalista diante dos interesses da classe dominante. De forma interseccional o direito, e a psicologia enquanto espaços institucionais e normativos que identificam, relacionam e atuam nas questões de gênero e nas demandas intrafamiliares específicas que se apresentam na sociedade advindas de construções sociais e históricas em sua essência (Molitor, 2018). Nesse sentido, justifica-se a abstração da prática neste âmbito institucional específico para análise das manifestações da realidade de gênero e trabalho nos litígios encontrados neste espaço.

A psicologia diante dos aportes teóricos mencionados ao longo desta introdução deve refletir acerca de suas concepções, construções ideológicas, históricas, estruturantes, que formam, desenvolvem, direcionam e normatizam a atuação dos psicólogos para emancipar as visões acerca da sociedade e as subjetividades, individuais e coletivas que

ocorrem de forma dialética neste processo sócio-histórico.

Destarte segundo Martín-Baró (1997, p.11) em que “o horizonte primordial da psicologia deve ser a conscientização, se está propondo que o quefazer do psicólogo busque a desalienação das pessoas e grupos, que as ajude a chegar a um saber crítico sobre si próprias e sobre sua realidade”. Sendo este processo de conscientização fenômeno social presente na elaboração e construção de mudanças individuais e coletivas vivenciadas tanto na perspectiva da psicologia social crítica quanto a sua forma de compreender a construção social do papel da mulher e os aspectos que compõem uma sociedade cindida em classes e as opressões específicas interseccionadas, como as de raça e gênero, diante das demandas psicossociais e judiciais na contemporaneidade.

## Método

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa qualitativa, orientada pelo materialismo histórico dialético e apresentada a partir de relato de experiência. Compreende-se que esta pesquisa qualitativa visa levar em consideração a multiplicidade que abarca os fenômenos sociais, e de acordo com Daltro (2019, p.7) o relato de experiência “caracteriza-se por uma multiplicidade de opções teóricas e metodológicas; e valoriza a explicitação descritiva, interpretativa e compreensiva de fenômenos, circunscrita num tempo histórico”. Sendo, portanto, a metodologia de exposição escolhida para abarcar as manifestações específicas desta análise que parte de atuação da Psicóloga no âmbito da justiça de família. É importante notar que não se espera generalizar a realidade das diferentes mulheres a partir dessa abstração, mas trata-se de possibilidade de identificar, na prática, aspectos de uma realidade cuja existência está ancorada na análise crítica teórica aqui realizada.





## Local e participantes

A pesquisa realizada para produção deste relato de experiência se deu no campo de estágio do Núcleo de Práticas Jurídicas da unidade perimetral do Centro Universitário Alves Faria (UNIALFA), local que, a partir de trabalho interdisciplinar entre os Cursos de Psicologia e Direito desta Instituição de Ensino, proporcionou uma atuação de estágio que envolvesse processos de trabalho Psicológico em Psicologia Jurídica e acolhimento psicológico em âmbito institucional a partir de demandas específicas do Direito Civil em família. Este local está situado no bloco D da UNIALFA, comportando salas e ambientes adequados para realizar os atendimentos e serviços à comunidade em geral.

A atuação ocorreu de forma interdisciplinar entre os cursos de Direito e Psicologia, que atuam concomitante nos atendimentos relacionados à vara da família, visando a proposta de estágio dos cursos e também parceria com a Defensoria Pública para prestação de serviço com qualidade e celeridade que contempla as demandas judiciais voltadas à população adulta em situação de vulnerabilidade social e financeira. O propósito da atuação da Psicologia neste estágio é realizar atendimentos de acolhimento psicológico referentes às questões de divórcio, pensão alimentícia, guarda, adoção, e, durante o processo de trâmite jurídico, quando oportuno, a psicologia atua de forma a acolher, observar, aconselhar, realizar escuta psicológica e possíveis orientações psicoeducativas que perpassam a própria situação judicial e o papel do Psicólogo nesta esfera.

Participaram dos atendimentos no Núcleo de Práticas Jurídicas em parceria com a defensoria pública pessoas de classes sociais baixas com o intuito de obter gratuidade nos processos de divórcios. As práticas foram coordenadas pela professora responsável pelo

Núcleo de Práticas Jurídicas, esta realizava os encaminhamentos de divórcios litigiosos ou consensuais aos estagiários para que fossem desenvolvidos os atendimentos de forma interdisciplinar com os acadêmicos do curso de direito. Ao longo deste ano o público atendido foi de 03 homens e 10 mulheres, todos adultos.

## Resultados e Discussão: Um Relato de Experiência

Cabe destacar brevemente que a atividade de Estágio realizada, que guia o presente Relato de Experiência, se deu em um contexto de experimento inicial, nesta instituição, da junção de atuação dos estagiários em Psicologia com aqueles do Núcleo de Práticas Jurídicas, estudantes do curso de Direito. Essa informação se faz importante pois, em um movimento de articulação multi e interdisciplinar, foram necessárias adaptações e reformulações desde o primeiro Projeto de atuação construído, e estas se deram, principalmente, a partir das demandas que foram sendo apresentadas pelos usuários do serviço, sempre de acordo com os preceitos éticos e técnicos da profissão.

Foram percebidas e identificadas, na observação dos estagiários em Psicologia já nos primeiros atendimentos ao público, demandas vivenciadas junto aos usuários, em que compreendeu-se a necessidade de se realizar acolhimento, escuta qualificada e aconselhamento psicológico daqueles. Desta forma foi construída uma proposta de atuação desde as perspectivas da Clínica Ampliada, em que deve-se, enquanto atuação, observar as demandas imediatas “retirando a ênfase do processo de cura da pessoa e colocando em primeiro lugar o sujeito e todos seus aspectos subjetivos e sociais” (Silva & Bonat, 2020, p. 08). Assim foi possível ampliar a compreensão acerca dos aspectos multifacetados que se apresentam através de fenômenos sociais que fazem parte da construção da subjetividade mas que estão associados a totalidade dos aspectos sociais e coletivos.





Os atendimentos eram realizados inicialmente pelos estagiários de direito que tinham acesso a documentação do usuário, se restringindo a eles esse acesso e análise de documentações. Quando a pessoa aceitava realizar o atendimento com o estagiário de psicologia este era iniciado com uma breve apresentação do papel do psicólogo neste contexto e, a partir daí, com a autorização e interesse do participante, encaminhava-se de forma privativa e individual a realização de escuta qualificada, acolhimento, aconselhamento e possíveis sugestões de encaminhamento ao atendimento psicoterápico.

A análise qualitativa dos dados ocorreu a partir do acolhimento psicológico em que a pesquisadora selecionava, posteriormente, aqueles dados obtidos que dialogavam com o objeto de pesquisa específico, buscando compreender como se dava a procura destas mulheres ao sistema judiciário na relação com suas realidades intrafamiliares e no seu papel enquanto trabalhadora remunerada ou não, e as demandas psicossociais relatadas através de sofrimentos psíquicos expressos nos discursos durante o atendimento.

Parte-se, para tal análise, da perspectiva de que o ser humano é compreendido a partir de seu contexto social, econômico, familiar, cultural, psicológico, que na contemporaneidade vivencia demandas emergidas pelo sistema capitalista e patriarcal, em que a complexificação das estruturas sociais se relaciona de forma a estabelecer marcadores e avanços na forma de constituição da subjetividade, enquanto processo de construção do indivíduo dentro da realidade concreta que envolve ser social e histórico e também a autopercepção de si (Souza & Calais, 2019). Estes dados qualitativos conduziram à compreensão das questões apresentadas a seguir.

## **Demandas econômicas e relação com as questões de gênero**

Acerca dos atendimentos realizados especificamente com o público feminino, puderam ser identificadas questões econômicas relacionadas ao trabalho formal em suas ocupações, sendo 01 costureira, 01 diarista, 01 cabeleireira, 01 cozinheira, 01 do lar, 01 administrativo/faturamento, 01 auxiliar de produção, 01 desempregada e 02 não informaram.

Essas mulheres em sua maioria estão inseridas no mercado de trabalho ou em atividades precarizadas visando adquirir um subsídio para o seu sustento e de prover sua família, visto que quase todas possuem filhos em diversas faixas etárias e, também, estavam solicitando junto ao processo de divórcio aspectos pecuniários referentes a guarda e pensão alimentícia.

As demandas econômicas no sistema capitalista - aqui compreendidas numa construção histórica de constituição da propriedade privada e da origem da família enquanto instituição social, e que, portanto, têm na divisão em classes social sua principal ferramenta - consolidam o patriarcado que perpetua, em nossa estrutura social, um acesso desigual dos gêneros ao mundo do trabalho (Biroli, 2016).

Esse fator pôde ser observado quando uma participante relata, por exemplo, que ela e seu agora ex companheiro “haviam acordado desde o início que ela ficaria nos serviços domésticos, cuidando da casa e dos filhos” (Usuária do atendimento) e, durante o acolhimento e escuta qualificada referente as questões sobre a situação econômica financeira dela, a mesma participante relatou que ela também não possui renda, quando precisa ela pega o cartão com o marido para usar para despesas domésticas e até para uso seu pessoal em fazer unha, cabelo algo assim. Em outra situação também foi identificada a seguinte expressão “ele tinha recebido o seguro desemprego e depois saiu de casa, quando





eu acessei o aplicativo do banco percebi que o dinheiro estava acabando, eu pedi uma marmiteira para mim e as crianças porque não tínhamos comida em casa para o almoço” (Usuária do atendimento).

Em todas essas falas aqui assinaladas encontra-se um ponto comum, em que essas mulheres manifestam situações diferentes de um mesmo fenômeno referente a dependência financeira ao cônjuge/companheiro, e através desse processo de dependência também pode-se analisar o controle de seus ex-companheiros na convivência, relacionamento entre eles e também para com os filhos, e como ocorria esse acesso ao consumo, e aos papéis sociais que se consolidavam na estrutura familiar em que apresentava a divisão sexual do trabalho, diante de espaço e contextos que se destinariam a mulheres e em outros para os homens, e assim reforçando a invisibilidade do trabalho não remunerado através do papel de cuidado exercido pelas mulheres.

Desta forma é possível perceber como as manifestações de uma opressão de gênero, constituída desde a existência da propriedade privada e da complexificação dos mecanismos de exploração e desigualdades no sistema capitalista, afeta a vida cotidiana de diversas mulheres, onde o acesso ao dinheiro pode ser diferente para homens e mulheres, e a forma de acessibilidade quanto aos seus interesses enquanto contenção diante de suas vontades, consumos e necessidades básicas, ressalta-se também quanto ao exercício de trabalho não remunerado dentro de casa e as vulnerabilidades intrafamiliares durante o casamento ou quando se termina (Biroli, 2016). No entanto, as demonstrações de poder patriarcal que se manifestam tendo como base a exploração do trabalho da mulher não se expressam apenas a partir do controle baseado na dependência financeira, vejamos abaixo como o próprio trabalho remunerado pode ser explorado dentro das relações intrafamiliares.

### **Questões intrafamiliares e trabalho remunerado e não remunerado**

A divisão sexual do trabalho reforça a organização das hierarquias de gêneros enquanto função do trabalho sendo ele remunerado ou não, em que se estrutura em responsabilização desigual de determinadas atividades e outros pelo trabalho doméstico (Biroli, 2016). Uma mulher atendida relata: “Eu sempre trabalhei, parei apenas durante o período de licença maternidade, e mesmo assim durante esse período ele comentou se eu não iria voltar a trabalhar, eu auxílio no sustento da casa e até pra bebida dele eu tinha que ajudar financeiramente” (Usuária do atendimento).

Compreende-se aqui questões intrafamiliares que perpassam a complexidade da sobrecarga das mulheres no cumprimento de diversas atividades de trabalho e, em especial, no papel do cuidado dentro e fora dos ambientes domésticos. Evidencia-se o trabalho reprodutivo enquanto exploração de seus corpos e a ênfase na produtividade diante de tantas demandas para as mulheres, sendo elas elaboradas pelo sistema neoliberal e o patriarcado (Biroli, 2016).

O trabalho deve ser compreendido enquanto esse intercâmbio do ser humano com a natureza e suas transformações, enquanto mediação e prática social na produção de valores de uso (Oliveira et al, 2016). No entanto, a exploração da força de trabalho passa a ter funções específicas instituídas no capitalismo, nesse sentido, para as mulheres, é mediada pelo seu valor ou desvalorização atrelados à constituição sócio histórica do papel social da mulher que se atrela às funções de cuidado. Observa-se essa contextualização através do relato “Agora é sou eu e meu filho, coloquei ele no jovem aprendiz, depois do trabalho, ele vai pra academia, e eu arrumo a casa, faço o lanche e lanchamos juntos” (Usuária do atendimento).







Em outro atendimento quando dialogamos acerca do trabalho remunerado e não remunerado ela relatou “Sou cabeleireira, trabalho em casa, o meu filho menor de 2 anos ainda não está na creche, somente o de 4 consegui vaga, e os pais dos filhos não me auxiliam e por isso estou solicitando o processo de pensão alimentícia” (Usuária do atendimento), ainda durante a escuta qualificada ela reforçou sobre o cansaço e sobrecarga, também citou não ter vida social. Compreende-se que parte do trabalho de reprodução social vem das relações familiares, da força de trabalho como mercadoria e a troca por um salário. Essa atividade humana é corporificada, racializada e generificada enquanto instrumento produtivo em suas diversas formas de trabalho remunerado e não remunerado (Alves, 2022).

As mulheres enquanto atuação em espaços para realizar trabalhos remunerados e não remunerados realizam jornadas de trabalhos duplas ou triplas, no intuito de prover os seus lares, exercendo atividades de cuidados psíquicos, cuidados com crianças, adultos, idosos, pessoas com deficiências, limpando a cada, cozinhando, parindo, amamentando, educando, entre outras atividades que realizam sem remuneração, tornam-se invisibilizados e chegam a ser naturalizados como gestos e atos de amor no sentido de se perceber como algo assistencialista, voluntário, em que segregam, distorcem e invalidam a força de trabalho destes trabalhos não remunerados (Alves, 2022).

Em análise compreende-se que as mulheres, além de terem também seu trabalho remunerado explorado, e por vezes controlado, absorvem em sua totalidade ou em maior demanda acerca do trabalho não remunerado com tarefas de cuidados domésticas, cozinha, cuidado com os filhos, inviabilizando a si em detrimento de outros, silenciando suas vozes para se encaixar nessa engrenagem da força

produtiva, alienante e exploratória do capitalismo (Biroli, 2016).

A relação do trabalho remunerado e não remunerado se estabeleceram diante do processo sócio histórico de formas distintas quanto a perspectiva de gênero. Em uma divisão desigual quanto ao papel do homem nessa relação de cuidado, e também pode-se refletir quanto a possibilidades de se direcionar maior atenção do estado para políticas públicas (creche, trabalhistas, por exemplo) e demais temáticas, em que Vazquez & Falcão ressaltam “quanto mais a ideologia neoliberal de desresponsabilização do Estado se solidifica na cultura política de uma sociedade, mais vulnerável se torna a perspectiva de vida da classe trabalhadora mais precarizada, sobretudo para as mulheres, sobre quem recaem as múltiplas jornadas de trabalho” (2019, p.13).

### **Demandas de aspectos psicossociais e adoecimento psíquico**

Os aspectos psicológicos, sociais, emocionais atravessam as relações sociais em que não se deve reduzir o indivíduo de forma a patologizá-lo como simples sintomas de sofrimentos e adoecimentos. Nesse sentido cabe ampliar a compreensão do adoecimento desses indivíduos desde a totalidade social, função que está proposta aqui nesta breve pesquisa.

Durante o período do estágio uma usuária relatou “tomei remédio para ansiedade, mas queria parar, e comecei a fazer atividades físicas na academia” (Usuária do atendimento) em outra situação outra usuária relatou ainda “na nossa rotina, existem conflitos vivenciados em família, e que faz-me sentir inútil, inferiorizada, pelo fato de ele ter ascendido em carreira e eu não” (usuária do atendimento), em outro caso de atendimento é possível compreender esse atravessar das demandas psicossociais que relatou “ já realizei o acompanhamento com psiquiatra





quando morava em Trindade, mas atualmente em Goiânia eu não estou realizando o acompanhamento, mas tomo os mesmos remédios para dormir, eu fazia tratamento para depressão, ansiedade” (usuária do atendimento), durante a escuta qualificada ela ainda complementou o relato que no ano passado tentou suicídio, na época ela estava casada e os filhos não estavam em casa.

Sendo esses exemplos acerca de como foi possível observar esse atravessar das demandas psicossociais durante as interações. Em outro caso de atendimento uma usuária havia solicitado o início do processo de divórcio no início deste ano, mas logo em seguida se arrependeu e retornou agora novamente para efetivar essa demanda do processo de divórcio em que ela relatou que “antes eu não estava bem, estava me sentindo muito abalada, depressiva, sem forças, emocionalmente eu não estava bem, devido a forma como ocorreu a nossa separação do casamento, eu me senti usada por ele e isso me afetou bastante, mas agora eu estou me sentindo bem, e era isso (divorciar) que eu quero” (usuária do atendimento).

Esses relatos em que se percebe, através de sofrimentos, adoecimentos, manifestados em formas de sintomas de ansiedade, baixa autoestima, depressão, culpabilização das vítimas entre outros, mas que a partir da associação nas relações, através dos aspectos psicossociais, embasados na teoria pode-se analisar e identificar a exploração das mulheres diante das demandas diversas como violências domésticas e psicológicas ocorridos durante as relações conjugais e reforçados para além da relação com seus pares no sistema neoliberal com produção e reprodução de ideologias e alienações que visam a exploração, desigualdades, sofrimentos e adoecimentos psicossociais (Alves, 2022).

A ideologia neoliberal tende a reforçar a função do cuidado a família e direciona para

as mulheres as tarefas de cuidado e intensificando a cultura de se desresponsabilizar o homem dessa função de trabalho não remunerado, reforçando a superexploração das mulheres (Vazquez & Falcão, 2019). Ainda sobre a relação do neoliberalismo e gênero Mencato ressalta que:

*“Os corpos feminilizados são imbuídos de características de responsabilização mais marcadas, não apenas são responsáveis por si mesmas, mas assinaladas como provedoras e cuidadoras naturais do núcleo familiar, o que se soma a uma precarização acentuada decorrente da privatização dos bens públicos e do desmantelamento das políticas de cuidado, e terá como resultado uma acentuada pobreza feminina” (2022, p.9).*

Segundo Bock (2007): O objetivo era compreender o indivíduo em relação dialética com a sociedade; a constituição histórica e social do indivíduo e os elementos que explicam os processos de consciência e alienação; e as possibilidades de ação do indivíduo frente às determinações sociais (2007, p. 05).

Enquanto atuação da clínica ampliada uma usuária relatou “agradeço por esse momento estou saindo daqui até mais leve”, outra usuária também reafirmou durante suas falas em que ela se enchia de emoção, com os olhos marejados, ela ressaltou “agradeço por este momento, de ser ouvida, de alguém que pôde me escutar, porque eu não tenho esse apoio, me sinto até mais “leve” depois deste momento” (usuária do atendimento). Compreende-se os impactos da atuação da psicologia enquanto experiência no acolhimento em contexto jurídico que se propôs a escuta qualificada e análise dos fenômenos sociais de forma multifatorial, de modo a não realizar a redução do indivíduo a sua sintomatologia manifestados através de





relatos de adoecimentos e sofrimentos psíquicos.

## Considerações finais

Ao observar aspectos da Psicologia e do Direito a partir de olhar ancorado no materialismo histórico dialético, foi possível compreender a partir das especificidades de uma sociedade de classes, que depende da exploração do trabalho, a necessidade da compreensão da complexificação das opressões de gênero. Os fenômenos sociais manifestados através de violências domésticas, abusos, opressões, obstáculos para a busca de acesso a direitos sociais, trabalhistas, à justiça, à igualdade de fato e nos diversos contextos, intensifica as demandas e amplia as desigualdades.

Nesse sentido a exploração da força de trabalho das mulheres em trabalhos remunerados e não remunerados se faz como ferramenta para manutenção do status quo. Nessa relação de produção para a acumulação de riqueza da classe dominante, a expansão da consciência destas opressões deve servir como força motriz para o direito e psicologia se posicionarem, e enquanto ponto de partida para uma atuação institucional, profissional e política que busca erradicar a discriminação e a desigualdade, buscando desde a emancipação política até uma emancipação coletiva e humana (Severi, 2016).

Faz-se, portanto, a necessidade de que as ciências psicológicas, principalmente aquelas atuações a partir de espaços e construção pública de atividade, observem tais fenômenos considerando tal saber crítico e construtivo que colabore com reais possibilidades de mudança nos aspectos da totalidade da vida das mulheres trabalhadoras em sofrimento psíquico em contextos de judicialização da “vida privada” em demandas de família.

As questões de gênero se expressam de forma diferente diante da ordem social que se

consolidou pelo sistema capitalista, onde as mulheres foram conduzidas ao trabalho reprodutivo enquanto exploração de seus corpos ainda presentes e reforçados na atualidade pelas ideologias e alienações, visto que nas demandas intrafamiliares do campo de estágio a maioria delas possuem o trabalho da maternidade, outro fator quanto ao trabalho não remunerado através do papel do cuidado seja de crianças, idosos, pessoas com deficiência, trabalhos domésticos, que se perpetua no fortalecimento do patriarcado onde se expressou nos diálogos do estágio com a divisão sexual do trabalho em que mulheres relataram realizar esse papel do cuidado e ainda se sentirem desvalorizadas, desmotivadas, cansadas, sobrecarregadas, baixa autoestima e inferiorizadas.

Destarte com o aporte teórico apresentado é possível analisar e compreender que a realidade da mulher se manifesta na contemporaneidade com desigualdades e explorações ancorada no mundo do trabalho em questões econômicas, onde existe uma construção sócio histórica de construção social de raça, classe e gênero que foi se consolidando na exploração de gênero e ainda é reforçado ao longo do tempo por meio dessa exploração tornando-se presente na atualidade e que advém as demandas psicossociais, onde é possível compreender atrelados da teoria e prática do estágio essa materialidade expressas durante o acolhimento e escuta psicológica no contexto judicial.

Em análise ao espaço judicial em que foi realizado o campo de estágio compreende-se que ele apresentou de modo desafiador, visto que eram realizados agendamentos prévios, mas o usuário poderia comparecer ou não, sendo essa confirmação apenas no dia e momento específico do dia de estágio. Além, dessa incerteza de comparecimento dos usuários, eles ainda realizavam atendimentos iniciais, para esclarecimentos e procedimentos burocráticos com os estagiários do direito,





sendo esses atendimentos longos e apenas posteriormente é que os usuários seriam atendidos por nós, estagiários de psicologia, se assim desejassem.

As relações entre teoria e prática contribuem para o processo de ensino, aprendizagem, conhecimentos, e em análise as experiências destaca-se a robusta pesquisa bibliográfica como embasamento teórico para a compreensão acerca dos fenômenos sociais e subsídio de orientações enquanto atuação de aconselhamento, escuta e acolhimento psicológico. Ressalta-se que enquanto campo prático de estágio apresentou desafios, e fragilidades enquanto maior amostragem para produção acadêmica, e também em se retomar práticas de psicologia hegemônica com atuação de clínica ampliada. Reitera-se a busca por mais ações e práticas emancipatórias, de conscientização, enquanto perspectiva crítica, coletiva, social e histórica no quefazer do psicólogo (Martín-Baró, 1997).

Os fenômenos sociais são expressos pelas mulheres em seus diálogos em processos de adoecimentos, demandas psicossociais e sofrimentos psíquicos, mas deve-se compreender essas manifestações que são únicas, subjetivas através das condições históricas, e que, para a psicologia não basta o olhar para a individualidade do problema onde existe algo social, em uma psicologia que pretende ser diferente de uma psicologia hegemônica, dessa forma é necessário compreender a complexidade multifacetada entrelaçada, pois como pontua Oliveira et al. (2016) “A totalidade não se trata de junção de fatores diversos; configura-se na interconexão entre o particular e o universal, que se retroalimentam” (2016, p. 179).

Essas expressões complexas também podem ser identificadas no espaço judicial, na busca de resolução de demandas intrafamiliares, mas que, em todo caso, se expressam para além, de maneira social, a partir dessa condição de classe social, de

trabalho, de cuidado. Para a psicologia faz-se necessária a urgência de produções e práticas ancoradas na existência de uma realidade que compreende as subjetividades em construção contínua desde os processos sociais e históricos.

A psicologia social crítica apresenta embasamento e contribuições acerca da compreensão do sujeito enquanto sócio histórico em que Bock (2007) enfatiza sobre “recuperar o indivíduo na intersecção de sua história com a história de sua sociedade – apenas este conhecimento nos permitiria compreender o homem como produtor da história.” (2007, p. 5). Destaca-se as histórias de várias mulheres em que se apresentam de forma contundente sobre a construção do papel social da mulher ao longo dos processos sócio históricos advindos dos estabelecimentos das instituições sociais familiares monogâmicas, da consolidação do patriarcado com a propriedade privada e o fortalecimento do sistema capitalista.

As demandas psicossociais e adoecimento psíquico se manifestaram nos diálogos expressos pelos usuários(as): nos relatos de violências físicas manifestadas através de ofensas à saúde corporal; quando pontuavam haver medida protetiva devido a situações conflitantes; nas exposições de diversos sintomas psicopatológicos; nos relatos das diversas violências emocionais manifestadas através de sofrimentos psíquicos, diminuição de autoestima e afetação das suas subjetividades; na violência patrimonial enquanto retenção ou subtração por parte de um dos cônjuges sobre os valores de bens da família.

A psicologia social crítica permite um olhar que compreenda essas manifestações expressas desde os relatos de sintomas e adoecimentos, no entanto considera as possibilidades para que este olhar esteja embasado na totalidade constituída de forma sócio histórica, e assim que se construa uma





Psicologia desde a realidade concreta que permeia a complexidade das questões de gênero aqui expostas.

### Referências

- Alves, T. M. (2022). *Sofrimento psíquico na totalidade capitalista: experiências de mulheres*. UFRJ. <https://doi.org/10.1590/S ciELOPreprints.4674>.
- Biroli, F. (2016). *Divisão Sexual do Trabalho e Democracia*. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 59, no 3, 2016, pp. 719 a 681. <https://doi.org/10.1590/00115258201690>.
- Biroli, F. (2018). *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- Bock, A.M.B.; Ferreira, M.R.; Gonçalves, M.G.M.; Furtado, O. (2007). *Sílvia Lane e o projeto do “compromisso social da psicologia”*. *Psicologia & Sociedade*; 19, Edição Especial 2: 46-56, 2007.
- Braz, I. R. (2020). *O amor romântico na sociedade capitalista e patriarcal: uma crítica feminista marxista*. [tese de mestrado,UFG]. <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/11461>.
- Carvalho, M. G. (2023). *Trabalho doméstico remunerado e resistência: interseccionando raça, gênero e classe*. *Psicologia: ciência e profissão*, v43, 2023. <https://doi.org/10.1590/19823703003249090>.
- Daltro, M. R., Faria, A. A. de. (2019). *Relato de experiência: Uma narrativa científica na pós-modernidade*. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 19 (1), 223-237. Recuperado em 27 de maio de 2023, de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S18084281201900010013&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S18084281201900010013&lng=pt&tlng=pt).
- Engels, F. (2022). *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. (11ª ed.) BestBolso.
- Lacerda Júnior, F. (2013). *Capitalismo dependente e a psicologia no Brasil: das alternativas à psicologia crítica*. *Teoría y crítica de La psicología*, 3, 216-263.
- Lago, V. M. et al. (2009). *Um breve histórico da psicologia jurídica no Brasil e seus campos de atuação*. *Estudo de Psicologia*, Campinas, 2009.
- Mara, E. Silva, B. S. (2021). *A Segunda Abolição: notas sobre raça e classe na formação social brasileira*. *Cadernos Cemarx*, Campinas, SP, nº 14, 01-19, 2021DOI10.20396/cemarx.v14i00.15314.
- Martins, R. C. S., & Moreira, L. C. M. (2022). *Sobre a violência doméstica contra a mulher no Brasil: do arcabouço jurídico aos equipamentos de acolhimento*. *Cadernos de Psicologia*, v4, n.8, 2022.
- Martín-Baró, I. (1997). *O papel do psicólogo*. *Estudos de psicologia*, 2, 1997. <https://doi.org/10.1590/S1413294X199700100002>.
- Mencato, S. D. P. (2022). *Neoliberalismo e gênero: entrelace que acentua desigualdades*. *Revista Teoria & Pesquisa*, v. 31, n. 1, 2022, p. 6-19. <https://orcid.org/0000-0001-7956-6274>.
- Molitor, T. E. (2018) *Forma jurídica e gênero: uma análise pachukaniana*. *Revista Brasileira De Sociologia Do Direito*, 5(3). <https://doi.org/10.21910/rbsd.v5n3.2018.267>.
- Narvaz, M. G. & Koller, S. H. (2006). *Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa*. UFRGS, *Psicologia & Sociedade*; 18 (1): 49-55; 2006.



- Oliveira, I. F. et al. (2016). *Marx hoje: pesquisa e transformação social*. – 1.ed.— São Paulo: Outras Expressões, 2016.
- Pacheco, E. M., & Dias, M. T. G. (2023). *A luta das mulheres por políticas sociais: avanços e retrocessos. Serviço social & sociedade*, v146, n2, 2023.
- Pasqualini, J. C., Martins, F. R., & Euzébios Filho, A. (2021). A "Dinâmica de Grupo" de Kurt Lewin: proposições, contexto e crítica. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 26(2), 161-173. <https://dx.doi.org/10.22491/1678-4669.20210016>.
- Pinho, P. S. & Araújo, T. M. (2012). Associação entre sobrecarga doméstica e transtornos mentais comuns mulheres. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 15 (3). <https://doi.org/10.1590/S1415790X2012000300010>.
- Pires, M. F. C. (1997). *O materialismo histórico-dialético e a educação. Interface-Comunicação, saúde e educação*. 1997. <https://doi.org/10.1590/S141432831997000200006>.
- Rocha, C. C. (2018). Divisão Sexual Do Trabalho E Força De Trabalho Da Mulher No Capitalismo. Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. 2018. <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22856/15322>.
- Severi, F. C. (2016). Justiça em uma perspectiva de gênero: elementos teóricos, normativos e metodológicos. *Revista Digital De Direito Administrativo*, 3(3), 574-601. <https://doi.org/10.11606/issn.2319-0558.v3i3p574-601>.
- Silva, R. B., Bonat, G. L. (2020) A Clínica Ampliada e o Trabalho do Psicólogo nos Centros de Referência de Assistência Social. *Revista Psicologia e Saúde*, v. 12, n. 2, maio/ago. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.20435/pssa.v0i0.891>.
- Silva, M. G. (2023). O marxismo e a questão da mulher. *Revista de Estudos do Sul Global*, v.2, n.1.
- Souza, M. R. L., Calais, L. B. (2019). Ser mulher: existências e subjetividades marcadas pela lógica. *Cadernos de psicologia, Juiz de Fora*, v. 1 , n. 2, p. 714-738, 2019 – ISSN 2674-9483.
- Tonet, I. (2005). Marxismo para o século XXI. IN: *Margem esquerda*, n.5/2005. Vazquez, A. C. B., Falcão, A. T. S. (2019). Os impactos do neoliberalismo sobre as mulheres trabalhadoras: a esfera do cuidado e a precarização do trabalho feminino. *O Social em Questão - Ano XXII - nº 43 – 2019*.
- Vieira, R. S. T. (2020). Cuidado, crise e os limites do direito do trabalho brasileiro. Rio de Janeiro, *Revista direito e práxis*, v.11, n.4, 2020.

